...continuação - LAFEPE

O saldo negativo apresentado acima foi reclassificado para o grupo impostos recupear conforme apresentado na nota explicativa nº 08, e será compensado com os impostos mensais apurados por estimativa em 2024.

	2023	2022
Processos trabalhistas	1.771.459	2.456.929
Processos cíveis	5.136.118	5.136.118
	6.907.578	7.593.048

Amparada pela opinião dos seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão, em bases estimadas, dos processos administrativos e judiciais com prognóstico de provável perda. Os processos classificados com risco de perda possível, que não são registrados na contabilidade, mas estão representados nesta nota como segue:

	2023	2022
Processos trabalhistas (perdas possíveis)	10.954.306	576.546
Processos cíveis (perdas possíveis)	70.590.337	70.355.929
	81.544.642	70.932.475

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social: O Capital Social da Companhia é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 26º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia. **b) Reservas de capital - Incentivo fiscal:** Trata-se de subvenção governamental relativa a isenção/redução do IRPJ concedidos em exercícios anteriores a Lei Federal 11.638/2007, que alterou a Lei Societária e promoveu na mesma o conceito da classificação de subvenções governamentais como reserva de lucros, após seu trânsito no resultado do exercício. Na época da fruição do benefício pela Companhia, essa natureza de transação não transilava no resultado do exercício, sendo registrado diretamente no patrimônio líquido em conta de reserva de capital. No exercício social de 2016, o valor de R\$ 6.268.403 dessa reserva de capital foi utilizada para absorver o prejuízo contábil apurado naquele ano, sendo ora restabelecida na proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício de 2019, aprovada na Assembleia dos Acionistas em 27/07/2020. O restabelecimento da reserva de capital atende ao disposto no parágrafo 9º do Art. 19 do decreto lei 1.598/77. **c) Reservas de Lucros:** As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de subvenção, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembleia).

19. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado nacional	425.539.707	749.129.520
Mercado Internacional	-	-
Outras receitas	7.461	7.583
	425.547.168	749.137.103
(-) Deduções da receita bruta	(15.931.955)	(8.399.088)
Receitas operacionais líquidas	409.615.213	740.738.015

20. CUSTOS DAS VENDAS

	2023	2022
Indústria	(73.306.761)	(71.732.829)
Custo dos produtos terceirizados	(247.764.148)	(542.637.857)
Outros custos	(996.142)	(897.903)
	(322.067.051)	(615.268.589)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Despesas com pessoal e serviços	(45.797.285)	(38.076.373)
Despesas gerais	(6.405.710)	(15.328.693)
Despesas com materiais	(5.582.610)	(6.884.556)
Despesas transferidas naapur. custos	14.305.381	13.375.684
	(43.480.225)	(46.913.928)

22. DESPESAS DE VENDAS

	2023	2022
Despesas com pessoal	(6.624.022)	(6.854.778)
Despesas gerais	(13.919.350)	(8.121.599)
Despesas com materiais	(2.280.702)	(1.806.201)
	(22.824.074)	(16.782.579)

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	13.023.243	15.896.123
Outras receitas financeiras	484.430	393.955
	13.507.674	16.290.078
Despesas Financeiras		
Juros SELIC	(11.995)	(312.465)
Juros SELIC ineditivos	(1.365)	(6.712)
Juros sobre capital próprio	(9.521.317)	(7.543.297)
Outras despesas financeiras	(980.557)	(161.791)
	(10.515.234)	(8.024.265)
	2.992.440	8.265.813

24. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.

DIRETORIA: PLÍNIO PIMENTEL FILHO - Diretor Presidente; **BETY CÔRDULA** - Diretora Técnica Industrial; **IVALDO BRAYNER** - Diretor Administrativo Financeiro; **DJALMA DANTAS** - Diretor Comercial; **SERGIO LUIZ NORONHA** - Diretor de Engenharia; **CONTADOR: MANOEL DE LIMA BARBOSA** - Contador - CRC PE nº 017.596/O-4.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do **Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. - LAFEPE - Recife - PE**, **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. - LAFEPE (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas - a) Redução ao valor recuperável de ativos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 a Companhia ainda não aderiu ao CPC 01 que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Essa CPC exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade e, caso o valor contábil exceda o valor recuperável, uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perdas na realização dos fluxos de caixa destes ativos. **b) Inventário de bens do imobilizado:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 os bens pertencentes ao ativo imobilizado da Companhia não foram inventariados. Como consequência, também não foram realizados trabalhos para determinar a vida útil dos bens patrimoniais, o que permitiria redefinir suas taxas de depreciação em bases adequadas. Estes fatos aliados ao ambiente de controle, tornaram os nossos procedimentos insuficientes à obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para emitirmos opinião sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e sua depreciação, bem como o reflexo dessa no resultado do exercício e no patrimônio líquido. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos

abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **a) Contas a receber de clientes - concentração de vendas junto ao Ministério da Saúde do Governo Federal:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 5, a Companhia apresenta concentração das operações de venda junto ao Ministério da Saúde do Governo Federal, sendo o maior cliente individual da Companhia, em volume e em valor de transação. A ocorrência de desaceleração do processo de renovação das contratações, na medida em que os atuais instrumentos jurídicos forem se encerrando, poderá levar a impactos negativos no fluxo de caixa futuro de médio prazo. Esses impactos no fluxo de caixa futuro também poderão ocorrer na redução dos pedidos do Ministério da Saúde ou na dificuldade de atendimento da Companhia. Conforme observado em instrumentos contratuais anteriormente firmados, há possibilidade de existir elementos de subvenções governamentais inclusos, cujos critérios de mensuração da receita difere das operações normais de venda. Por essas razões, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** (i) Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados a contratação, precificação, faturamento/fornecimento e recebimentos dos recursos financeiros, e a consequente baixa do contas a receber. (ii) Obtivemos e analisamos os instrumentos jurídicos (contratos e convênios) e determinamos a existência/ou inexistência de elementos que caracterize subvenções governamentais, que não redunde em operações de venda e gere diferimento no reconhecimento da receita correspondente; bem como avaliamos a adequação do processo de reconhecimento contábil de todos os elementos contratuais. (iii) Avaliamos os prazos de validade dos instrumentos jurídicos e quantidades/saldos a serem fornecidos pela Companhia no período subsequente às demonstrações contábeis, e os riscos de impactos negativos no seu fluxo de caixa futuro por insuficiência de saldo contratual em curto prazo, até o exercício seguinte às demonstrações contábeis auditadas. (iv) Avaliamos o fluxo de fornecimento pela Companhia a fim de determinar a normalidade no atendimento das obrigações contratadas com o cliente governamental. (v) Testamos por amostragem transações de vendas ao longo do exercício e confrontamos com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e se as transações estavam em conformidade com o instrumento jurídico (contratos e convênios), e se estavam adequados os critérios contábeis e fiscais adotados no reconhecimento da receita, no registro dos recebíveis, e no registro dos tributos retidos na fonte. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o reconhecimento do contas a receber com o Ministério da Saúde está adequadamente apresentada nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto; e não identificamos evidência de desaceleração do processo de contratação por parte do Ministério da Saúde ou retração dos seus pedidos de fornecimento, ou redução da capacidade de atendimento por parte da Companhia, de forma a impactar relevantemente os fluxos de caixa a médio prazo. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar por não ser exigida para companhia de capital fechado, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", a Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das de-

monstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife/PE, 25 de março de 2024. **VERITAS BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA - CRC-PE nº 002723/O-0 - CVM nº 13.455; ULISSES RODRIGUES PEIXOTO** - Sócio Contador CRC-PE nº 013-867-O/O - CNAI-CVM nº 5329.

PARECER DO CONSELHO DE FISCAL

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 100.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 87.989.242,00
Nós, Atuais Membros do Conselho Fiscal do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, examinando o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2023, com as respectivas Demonstrações Financeiras, submetidas a prévio exame das VERITAS BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, com base no parecer daqueles Auditores Independentes e ainda dando cumprimento às exigências legais de deliberação sobre o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, opinamos pela sua aprovação. Recife/PE, 25 de Março de 2024. **Paulo Galdino da Silva** - Presidente da Reunião e do Conselho Fiscal do LAFEPE; **Aristeu de Oliveira Plácido Júnior** - Membro do Conselho Fiscal do LAFEPE; **Rita de Cássia Batista Carvalho Braga Farias** - Secretária da Reunião e membro do Conselho Fiscal do LAFEPE.

JARDIM FRAGOSO

LP 229 APARTAMENTO NOVO TODO COM 55 M, 2 QUARTOS,SUITE,TERRAÇO, WC SOC,SALA PARA 02 AMBIENTES, COZINHA, A-REA DE SERVIÇO,ARMÁRIO, 1 VAGA, R\$ 190 MIL,ACEIT.FINANC, LIGAR TELEFONE. 99191 9003

LP 229 APTO NOVO ODO C/ 55M, 2QTS, SUITE, TERRAÇO, WC SOC,SL P/ 02 AMB, COZ, AEA DE SERVIÇO, ARM, 1 VAGA, R\$ 190 MIL,ACEIT.FINANC, F.99191 9003

PARNAMIRIM

LP3100 APARTAMENTO NO CORAÇÃO DO PARNAMIRIM COM 110 M, 3 QOTOS, 01 SUITE, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZINHA,WC SOC, DCE,VAR, 1 VAGA, EL-EVADOR, R\$ 270 MIL,AC.FI-NANC, FONE - 991919003

LP3100 APART. NO CORAÇÃO DO PARNAMIRIM COM 110 M, 3 QTS, 01 SUITE, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZ, WC SOCIAL, DCE,VAR, 1 VAGA, ELEV, R\$ 270 MIL,AC. FINANCI, FONE - 991919003

ROSA RINHO

LP 340 APARTAMENTO C/ 97 M, 3 QUARTOS, SUITE, VARANDA, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZINHA,WC SOC, DCE,VAR, 1 VAGA, EL-EVADOR, R\$ 270 MIL,AC.FI-NANC, FONE - 991919003

LP 3245 APARTAMENTO COM 75M, 3 QTS,STE,VAR, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC E WC SERVIÇO, NASC, ELEVADOR, SALÃO FESTA, PLAY, PISC, 1 VG, ARM, R\$ 420 MIL, AC FINANC, TEL - 99191-9003

LP369 APTO C/ 62M, 3QTS, I SUITE,TODO C/ ARM, SL P/ 02 AMB, COZ,WC SOCIAL, VAR, DCE, IVG, ELEV,SALÃO DE FESTA, TODO C/ ARM, PISC, PLAY E ACADEMIA, R\$ 425 MIL, AC FINAN F - 99191-9003

ROSA RINHO

LP 242 APTO C/ 80M, 2QTS, STE, VAR, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOCIAL, DCE,, TODO C/ ARM, 1 VAGA, PI-LOTS, R\$ 230MIL, AC FINANC, F. 99191-9003

LP 340 APTO COM 97M, 3 QTS,STE, VAR, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, NASC, ELEV, LAZER COMPLETO, 2VGS LIVRES,TODO COM ARM, PISCINA, SALÃO DE FESTA, PLAY, R\$ 580MIL, AC FINANC, LIGAR FONE - 99191-9003

LP 3245 APTO C/ 75M, 3 QTS,STE, VAR, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC E WC SERVIÇO, NASC, ELEV, SALÃO FESTA, PLAY,PISC, 1 VG, ARM, R\$ 420 MIL, AC FINANC, TEL - 99191-9003

TAMARINEIRA

LP319 APTO C/98M, 3 QTS, SUITE, SALA P/02 AMBS, COZ,WC SOC, DCE, ARM, IVG, ELEV, SALÃO DE FESTA, R\$ 330 MIL, AC. FINANC, RAPIDO F- 99186 1864

LP328 APTO C/125M 3QTS, SUITE,WC SOC, COZ, VAR, SALA P/02 AMB,ARM, 2VGS, ELEV, SALÃO FESTA, PLAY, R\$ 800 MIL, AC FINANC. F: 99191-9003

LP 328 APARTAMENTO C/ 125 M 3 QUARTOS, SUITE,WC SOCIAL, COZ, VARANDA, SALA PARA 02 AMBIENTES, ARM, 2 VAGAS, ELEV, SALÃO FESTA, PLAY, R\$ 800 MIL, AC FINANC. F: 99191-9003

TORRE

LP244 LINDO APTO DECORADO C/ 52M, 2QTS, ISTE, ARM, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC, VAR, NASC, ELEV, 1 VGS, LAZER C/PLETO, R\$ 300 MIL, AC FINANC, TEL - 99191-9003

LP244 LINDO APTO DECORADO C/ 52M, 2QTS, ISTE, ARM, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC, VAR, NASC, ELEV, 1 VGS, LAZER C/PLETO, R\$ 300 MIL, AC FINANC, TEL - 99191-9003

IMÓVEIS
Apartamentos
Alugam-se

AFLITOS

LP348 APTO PROX DE UDO C/120M, 3QTS, QTO REVERSÍVEL, I STE, SALA P/ 02 AMBS, WC SOC, DCE, COZ, VAR, TODO C/ARM, IVG, ELEV, SALÃO DE FESTA, PLAY, R\$ 430 MIL, AC. FINANC. F: 99191 9003

GRACAS

LP218 OTIMA LOC LINDO APTO P/ MORAR OU INVESTIR C/ 33M, QUARTO, SALA, COZ, WC SOCIAL, ARM, SALÃO FESTA, ELEV, PISC, LAVAN, IVG, R\$ 220MIL, F: 99191 9003

CASA AMARELA

LP299 ATENÇÃO P/ MORAR: APTO PROXIMO DE TUDO, C/ 50M C/ 2 QUARTOS, I SUITE, SALA PARA 02 AMBS, COZ, WC SOC, 1 VG, TODO C/ ARM, LAZER C/PLETO, R\$ 375MIL, AC. FINANC, F.9191 9003

LP299 ATENÇÃO P/ MORAR: APTO PROXIMO DE TUDO, C/ 50M C/ 2 QUARTOS, I SUITE, SALA PARA 02 AMBS, COZ, WC SOC, 1 VG, TODO C/ ARM, LAZER C/PLETO, R\$ 375MIL, AC. FINANC, F.9191 9003

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PELO FUTURO DO TRABALHO

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO COM DISPUTA (MAIOR LANCE) Nº 023/2024 - Alienação de bens inservíveis do almoxarifado do SENAI Pernambuco, Conforme descrito no ANEXO I do Edital. **Data de Abertura:** 05/04/2024 às 10:00 horas (Horário local). O leilão será realizado de forma online, através do endereço eletrônico: <https://www.lancecertoleiloes.com.br>.

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, nos sites: www.lancecertoleiloes.com.br e/ou www.pe.senai.br, pelos telefones: (81) 3048-0450/99852-5503 e/ou (81) 3412-8504, e-mail: lancecertoleiloes@lancecertoleiloes.com.br / licitacao_senai@sistemafiepe.org.br, e nos endereços, Av. República do Líbano, nº 251, Pina, Recife/PE e/ou na Casa da Indústria Localizada na Avenida Cruz Cabugá, nº 767, Santo Amaro, Recife/PE.

Recife/PE, 26 de março de 2024
Cássia Coutinho da Silva
Presidente da Comissão

2º RTDPJ - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO RECIFE
Rua do Imperador D. Pedro II, 289 - Bairro Santo Antônio - Recife - PE.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS
Conforme Provimento nº 11/2023 CGJ notifico as Pessoas Físicas e/ou Jurídicas abaixo elencadas - para que compareçam a esta Serventia, no endereço e prazo supracitado, para receberem Carta Notificatória sobre o assunto abaixo especificado.

Notificante - NOTIFICADO: NOME - CPF/CNPJ - Nº CONTR - VENCTO/REF
Provincia Carmelitana Pernambucana - Notifica-se referente a cobrança das taxas em atraso dos imóveis terrenos abaixo descritos de responsabilidade do notificado dentro do prazo de 15 dias corridos: Maria Hilza Bernardo Cartaxo Jurema de Dutra, 79398790491, Lote 2º quadra 1S trecho da Rua Cel. Waldemar Basgal, 176, R\$5.142,97; CHM Empreendimentos Ltda, 03078758000130, Lote 04 Quadra B1 4º trecho da Rua Aarão Lins de Andrade, 169, R\$19.814,04; RANCHO DA MATA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - Notifica-se ref. a inadimplência contratual do contrato PC/V. Isabela Carolina Gomes Ferreira, 01379491460, Lote L21 Loteamento Reserva de Aldeia Maggiore; Ronaldo da Silva Neto, 02210634474, Maria Thamiis Elias de Freitas, 10216543452, Lote J10 Loteamento Reserva de Aldeia Maggiore; **CONDOMÍNIO DO EDF GOLDEN PALACE HOME SERVICE** - Notifica-se ref ao inadimplimento dos aportes suplementares da futura unidade autônoma do Edf Golden Palace Home Service no prazo de 10 dias; Maria Thereza Freitas da Silva Penna, 09729338400, unidade 002, R\$119.610,21; **CONDOMÍNIO DO EDF GOLDEN CITY HOME SERVICE** - Notifica-se ref ao inadimplimento do aporte complementar da futura unidade autônoma do Edf Golden City Home Service; Rosa Maria de Lourdes Batista Angelo Sá Leitão, 85915564453, unidade 0501, R\$50.165,17; **CONDOMÍNIO DO EDF GOLDEN BEACH HOME SERVICE** - Notifica-se ref ao inadimplimento do aporte complementar da futura unidade autônoma do Edf Golden Beach Home Service; Emmanuel Mayrink de Souza Gayoso Filho, 83447407468, unidade 1102, R\$13.973,52; Julio Otavio Miranda da Silva, 08724510467, unidade 3005, R\$30.502,87; **ITAPISSUMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA** - Notifica-se com a finalidade de solicitar a adimplência dos débitos no prazo legal de 30 dias; Gislaime Nascimento de Souza, 04214005401, Lote 06QD 51 Loteamento Reserva Itapissuma; Eliane Maria dos Santos, 00032459424, Lote 05 QD 22 Loteamento Reserva Itapissuma; **PERNAMBUCO CONSTRUTORA INCORPORACOES IMOBILIARIAS E SERVIÇOS MANA II SPE** - Notifica-se com a finalidade de solicitar a adimplência dos débitos no prazo legal de 15 dias; Ligia Veloso Simoes, 10177521414, Apto 123, Bloco B do Makia Beach; **LSB PARTICIPACOES EIRELI** - Notifica-se a fim de requerer a desocupação do imóvel a seguir identificado; Gustavo de Carvalho Albuquerque, 68828301400, apartamento 301 Torre Hortência; **LUCIANA MARIA GALVAO DE ANDRADE LIMA** - Notifica-se a fim de requerer que o notificado adote as medidas necessárias a fim de proteger o seu interesse e prosseguir com a regularização do imóvel a seguir identificado; Alexandre Henrique Soares Vasconcelos, unidade 705 Torre A, Apart Hotel do Edf. Beach Class Conventions e Flats; **NORTESUL INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA** - Notifica-se com a finalidade de requerer o pagamento do débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento no prazo de 15 dias corridos; José Nelson Vilela Barbosa Filho, 66607116434, Apto 1101 do Edf Diplomata, R\$1.469.786,67; José Nelson Vilela Barbosa Filho, 66607116434, Apto 1101 do Edf Diplomata, R\$1.469.918,15; Recife - PE, aos 27/03/2024 - Zuleide Coelho Farias de Oliveira - Oficiala de Registro Interina

COMUNICADO

Apetrecho Indústria e Comércio de Confecções Ltda, empresa inscrita no CNPJ 13.046.452/0001-56, decidiu em conformidade com artigo 1.082, II do CC/02, reduzir o seu capital social em R\$ 203.800,00, por se excessivo à atividades da empresa.

Santa Cruz do Capibaribe, 22/03/2024

Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Estado de Pernambuco - SINDACS/PE

Edital de Retificação/ratificação das Eleições para Renovação da Diretoria e Conselho Fiscal do SINDACS Quadrênio 2024-2028

A Junta Eleitoral das eleições para renovação da diretoria e conselho fiscal do SINDACS/PE, no uso das suas atribuições, conforme o artigo 61, item VIII, do Estatuto da Entidade, comunicamos a retificação/ratificação no Edital de Convocação das Eleições, nos seguintes itens: 1. O horário de votação das eleições será das 7h às 17h, nos dias 03 e 04 de abril/24; 2. Excluir do roteiro das urnas itinerantes os municípios de Olinda, Alagoinha e Santa Filomena em razão dos servidores destes municípios não estarem habilitados a votar; 3. Incluir no roteiro das urnas itinerantes os municípios de Ipubi e Lagoa do Ouro em razão dos servidores destes municípios estarem habilitados a votar. As demais informações publicadas no primeiro edital do dia 05 de fevereiro de 2024, permanecem inalteradas. Os horários e locais de votação encontram-se dispostos no site do Sindicato: www.sindacspe.org.br.

Recife, 27 de março de 2024

Representantes da junta eleitoral - quadrênio 2024/2028
ESMERALDO RODRIGUES B. DE MELO
MARIA BETÂNIA DA SILVA
ERIKA CHAGAS DE OLIVEIRA